

CONTRIBUIÇÃO AO SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Uberlândia, 9, 10 e 11 de Outubro de 2010

Gostaríamos de saudar a realização deste encontro. Sem dúvida, o movimento universitário, em especial o movimento estudantil, carecem atualmente de espaços que visam aprofundar o debate programático. O debate do programa entre os movimentos organizados e com o povo em geral, longe de ser uma peça de enfeite na luta comum em defesa da universidade pública, é o primeiro passo na construção da universidade que queremos. É claro que os métodos, os espaços de atuação, são elementos importantes de serem avaliados, mas sem um programa para a universidade brasileira, que contenha no mínimo, táticas (ou programa mínimo) e elementos de uma estratégia para a universidade (ou programa máximo), será muito difícil avançarmos no terreno da luta comum.

Como parte dessa história em defesa da universidade e da luta por outro projeto de universidade a serviço do povo brasileiro, queremos deixar aqui uma breve contribuição para o debate neste encontro.

A Universidade Brasileira hoje

A universidade brasileira passa pela crise mais profunda de sua história. A privatização “lenta e gradual” tem-se acelerado, e o movimento universitário não tem sido capaz de tirar a universidade do fluxo destrutivo da mercantilização. Se durante os últimos 20 anos o avanço da subordinação da universidade ao capital se deu através da apropriação privada da ciência e tecnologia produzidas coletivamente, no caso das públicas; e através do *boom* de oferta de matrículas, no caso privadas; hoje nas públicas já está em cheque a gratuidade do ensino; e, no caso das privadas, passa-se por uma crise onde cerca de 54,6%^[1] das vagas não são preenchidas anualmente e onde o comprometimento com o tripé fundamental de ensino, pesquisa e extensão é totalmente irrisório e o estímulo à produção científica é mínimo, sem falar nos alunos inadimplentes, que param de estudar por não ter condições de pagar mensalidades que aumentam de maneira desproporcional à qualidade do ensino ofertado.

As universidades públicas em nosso país são ainda hoje responsáveis por mais de 90% da produção científica do país. A lógica do mercado busca transferir esse potencial científico para as necessidades do capital. Com esse intuito, o Governo Lula aprovou em 2004, a “Lei de Inovação tecnológica” que permite à iniciativa privada patentear o conhecimento produzido nas universidades e utilizar os laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações e recursos humanos das universidades públicas. Seguindo essa mesma linha, foi aprovado em julho deste ano o chamado “pacote da autonomia”, que incentiva as universidades a buscar recursos próprios, através da privatização das pesquisas desenvolvidas e inclusive através da cobrança de mensalidades.

E claro, na lógica do mercado, as universidades deverão passar por um “controle de qualidade”. Assim, através do ENADE^[2] e do “Novo Enem”, o Estado passará progressivamente a destinar menos recursos às universidades “mal cotadas”, distanciando nosso país da necessária universalização do ensino superior público, gratuito e de qualidade, e criando uma divisão desigual entre pouquíssimos “centros de excelência” e muitos “centros de ensino” (ensino pós-médio não profissionalizante, com duração de 2 a 3 anos).

O REUNI^[3] propagandeado como a maior expansão do ensino superior público e de financiamento, segue a mesma linha. Não aumentou as verbas das universidades de acordo com a expansão realizada, não ampliou os direitos estudantis, e vem precarizando significativamente essas instituições, através da superlotação das salas de aula e da precarização do trabalho docente.

O PROUNI^[4] vem agindo de forma a transferir recursos públicos, que deveriam ser investidos na melhoria da qualidade de ensino e na ampliação da ofertas de vagas nas universidades públicas (os recursos investidos mais a isenção fiscal dada às instituições privadas geraria 3 vezes mais vagas nas públicas), para concessão de bolsas com o objetivo de ocupar as vagas ociosas das instituições privadas de educação superior, que muitas vezes não estão comprometidas com a garantia de uma formação de qualidade.

O atual governo também vem legitimando e aprofundando o papel destrutivo desenvolvido pelas “fundações de apoio” nas universidades, que atuam na prática como entes privados de acordo com os

interesses do mercado em detrimento das demandas sociais. Assim, “gerem” cursos de extensão e pós-graduação pagos e comprometem a liberdade acadêmica.

Diante da Universidade subordinada ao capital, a luta por uma UNIVERSIDADE POPULAR!

Os movimentos, para se manterem firmes na defesa desse nosso patrimônio, devem saber resgatar nossa história, compreender as raízes das formulações do povo brasileiro acerca da universidade, de modo simultaneamente crítico, autocrítico e prático. A discussão e a luta por uma universidade popular esteve enraizada a nível nacional durante muitos anos (existem vários documentos que evidenciam isso), amadureceu sua concepção, mas diminuiu sua intensidade juntamente com a desorganização e domesticação de muitos movimentos e entidades que durante anos estiveram empenhados na luta, mas que hoje estão empenhados em colocar a universidade no ritmo da modernização dependente do capital, como é o caso da UNE. Não é a toa que a universidade popular, pelos seus princípios e objetivos, tem estado no ostracismo do debate nos meios universitários.

Do ponto de vista do capital, não existe forma de continuar a sua reprodução ampliada, se não subordinar a produção de ciência e tecnologia à lógica da apropriação privada, ou seja, para garantir os lucros dos monopólios nativos e estrangeiros a universidade necessita estar constantemente criando novas tecnologias para se apropriar e criar novos ramos de produção, além de formar força de trabalho especializada do exato tamanho das necessidades de exploração do capital. Ao mesmo tempo, do ponto de vista popular, hoje é inconcebível realizar as mudanças necessárias para a sociedade brasileira sem que esteja se pensando e criando simultaneamente ciência e tecnologia para a sua realização. Por exemplo, é impossível produzir alimentos saudáveis a serviço da soberania alimentar de nosso país se não tivermos um contingente de profissionais que trabalhem nesse sentido e ao mesmo tempo estejam vinculados a luta contra o latifúndio, pela realização da reforma agrária; é fundamental também acabar com o analfabetismo e a universidade deve trabalhar nesse sentido para que o povo tenha cada vez mais autonomia cultural; para a solução do caos urbano, deve-se pensar em projetos de reforma urbana adequados a nossa realidade, que combatam a especulação imobiliária e solucionem os problemas de moradia e de mobilidade urbana; no âmbito das ciências jurídicas, na formação de profissionais que defendam os movimentos populares, a luta dos trabalhadores; pela soberania tecnológica do país, começando pelos setores estratégicos da economia e estendendo para os demais ramos de produção; para solidariedade internacional com povos em dificuldades, que hoje dependem de ajuda humanitária. Isso apenas para citar alguns exemplos.

A questão é que a universidade está em um fogo cruzado, uma disputa que faz com que a luta por uma universidade popular seja uma necessidade histórica. Ela é parte de uma luta “dentro da ordem”, de abertura de espaço democrático e de conquista da hegemonia popular para sua realização, que se funde com a luta “contra a ordem”, tanto universitária quanto societária. A Universidade Popular como estratégia se tornou uma luta anticapitalista e a favor de um desenvolvimento socialista, quer dizer, contra a ingerência dos interesses dos monopólios, do latifúndio e do imperialismo nas universidades, e a favor do desenvolvimento de um conhecimento voltado a melhoria das condições de vida do povo e da emancipação humana em geral.

O controle soberano, democrático e popular sob a produção da ciência e da tecnologia é imprescindível para a construção de um projeto societário alternativo à ordem dominada pelo grande capital, por possibilitar nossa autonomia enquanto nação e o controle social dos meios de produção. Por isso desde já, é fundamental trabalhar para se criar uma consciência social crítica dentro e fora da universidade e pôr desde já nosso “radicalismo intelectual” na disputa real do conhecimento produzido nas instituições educacionais. Sabemos que muitos já o fazem, ainda que de maneira dispersa, mas que organizados em um movimento nacional que tenha isso como horizonte, ganhará uma expressão maior capaz de criar um bloco de forças populares de luta pela universidade.

Por tudo isso, Universidade Popular não pode ser compreendida e reivindicada como rótulo ou marca. A questão é desvendar o conteúdo que está por trás desse termo. Compreendemos que Universidade Popular enquanto palavra de luta é fundamental por resumir em seus termos o sentido geral dessa luta (de uma universidade *para além do capital*) e quem é responsável por essa luta, quer dizer, o *sujeito-povo* como o elemento central dessa construção. Ou seja, a luta pela universidade popular, além de poder conter em si um programa avançado de luta para aglutinar e contribuir para a reorganização do movimento estudantil e universitário extrapola os muros da universidade e instiga o povo a lutar por ela.

Então, ao mesmo tempo em que se trata de um *projeto global*, que visa atuar sobre as *determinações causais* da educação mercantilizada, a Universidade Popular é um projeto *em aberto* e *dinâmico*. Por isso, partindo de certos princípios, ele deve se amparar na força política material dos movimentos organizados e empreender soluções não apenas *formais*, mas *essenciais*, se tornando uma alternativa hegemônica e concreta abrangente. Por isso, se trata de um projeto que deverá ser construído *conscientemente*.

Um chamado ao movimento estudantil brasileiro

Com essa breve reflexão, fazemos um chamado ao movimento estudantil brasileiro a construir um programa para a universidade que contenha em si os elementos gerais fundamentais da estratégia da universidade popular. Se não avançarmos nesse terreno acabaremos muito mal. Sequer nas lutas imediatas, táticas, conseguiremos avançar. Toda e qualquer luta legítima dos estudantes, professores e técnicos, sejam elas contra a privatização, pela democratização da universidade, pela autonomia das instituições, pela ampliação e manutenção dos direitos estudantis, contra a precarização das relações de trabalho, devem acumular para uma estratégia global de universidade que acabe com as causas desse drama que vivemos.

Por isso, estamos trabalhando na construção de um **Seminário Nacional sobre Universidade Popular**, para acumular o debate e afinarmos uma concepção geral para essa luta diária. Nossa proposta é de que a primeira reunião preparatória seja no primeiro final de semana de Dezembro, com local a definir. Estão todos convidados a participar!

Assinam:

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

GTUP – Grupo de Trabalho Universidade Popular

MUP – Movimento por uma Universidade Popular

JCA – Juventude Comunista Avançando

Juventude Livre – Liberdade e Revolução

[1] Cálculo feito com base nos dados do INEP, 2008, disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>

[2] Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

[3] Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

[4] Programa Universidade para Todos